

ESTADO DESCOLONIAL: UM CONCEITO DE DIVERSIDADE E EMANCIPAÇÃO CONSTITUCIONAL

Resumo

Marcelo Fonseca Gurniski

De caráter normativo, o Direito tem natureza conservadora, visto que tem dificuldade em acompanhar a evolução da sociedade, ao longo do tempo. Por óbvio que, os seus criadores e aplicadores reproduzem os valores que imperam em seu *locus* social, de forma que a alegada “neutralidade”, de natureza mitológica, não se demonstra como referenciadora do sistema jurídico ocidental, tampouco o do Brasil.

Necessário se faz apontar algumas das agruras que afetam o mundo: à exclusão; à degradação ambiental e a despossessão, associadas à acumulação do capital baseada na extração de recursos não renováveis; à crescente vulnerabilidade das populações à violência, à guerra e aos desastres, com deslocamentos massivos de populações em dramáticos fluxos migratórios, vistos como se fossem dilemas do Sul geográfico, vêm se reproduzindo no Norte global, delineando uma grave crise mundial. O diagnóstico desse caos social, climático, ambiental, econômico e cultural e a constatação de que a democracia liberal como ideal de convivência na América Latina mostrou as suas limitações, apontam para a indiscutível necessidade de reconstruir, reformular e de pensar novas possibilidades democráticas. Sociedades historicamente subalternizadas e silenciadas trazem elementos renovados às construções clássicas, alimentando-as pelas noções de colonialismo interno e pelo horizonte de descolonização do poder. O Direito pode intervir nesse processo de democratização, criando espaços sociais que possibilitem a conscientização do povo invisível. Assim, adotando uma perspectiva teórica-metodológica, conceitua-se o Estado-nação moderno hegemônico: organização política centralizada, republicano, burocrático e espacialmente delimitado, que se impôs sobre outras formas de organização social através de estratégias variados e historicamente adaptados. Faz-se um histórico de seu surgimento e referenciam-se conceitos como poder, soberania, cidadania e democracia, constituição e constitucionalismo, considerando o Estado como única fonte de Direito e a superação desse paradigma.

Ainda, o colonialismo jurídico político do chamado Sul-global e o fenômeno do descolonialismo latino-americano. Trata-se, também, de considerar a presença das culturas ancestrais, negadas e encobertas nesse processo, que se perpetuaram ao longo de toda a modernidade e de se discutir as práticas populares insurgentes que integram o novo constitucionalismo, alcançando-se as teorias críticas descoloniais, especialmente, a do pluralismo jurídico comunitário participativo. Ao fim e a cabo, tais apontamentos buscam levar à reflexão e à crítica o modelo de democracia-ocidental-capitalista-contemporânea-vigente que não atende aos anseios das pessoas por igualdade, inclusão e tampouco assume posição de respeito as boas práticas ambientais e de preservação da natureza, sem falar da crescente vulnerabilidade a que submetem as populações.

Palavras-chave: Estado-nação. Constituição. Colonização. Descolonização. Pluralismo.